UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

JULIANA BRAMBILA FURTADO

EMPECILHOS ECONÔMICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCOSUL

Palhoça

2017

JULIANA BRAMBILA AMBROSINI FURTADO

EMPECILHOS ECONÔMICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCOSUL

Trabalho de conclusão ao curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Rogério Santos da Costa, Msc.

Palhoça

2017

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo realizar um estudo sobre os empecilhos econômicos para o desenvolvimento do Mercosul, fez-se um levantamento bibliográfico sobre o bloco e o histórico do Mercosul, conceituou-se as barreiras tarifárias e não tarifárias do Brasil e dos outros países que fazem parte do bloco, fez-se uma análise por meio de gráficos sobre as exportações brasileiras, importações, os principais fornecedores do Brasil desde 2008 até 2014, para verificar as oscilações, analisou-se também o desempenho de cada um dos países que fazem parte do Mercosul, porém teve-se uma ótica mais focada no Brasil que é um dos países mais fortes do Mercosul seguido da Argentina. Ambos países sofreram com a crise internacional e política. A metodologia foi uma revisão bibliográfica, analítica e descritiva, onde buscou responder o problema de pesquisa por meio de fontes como o google acadêmico; biblioteca virtual; artigos, revistas eletrônicas; livros. Conclui-se que não ocorreu uma integração total entre os países membros pelas diferenças culturais, econômicas e sociais, e justifica-se que o Brasil teria pouco a ganhar também, pois é o país que mais exporta do bloco, seguido pela Argentina, os outros países apresentam assimetrias regionais que enfraqueceram a integração dos países.

ABSTRACT

The objective of this study is to study the economic obstacles to the development of Mercosur, a bibliographical survey was made on the bloc and the history of Mercosur, the tariff and non-tariff barriers of Brazil and the other countries that make up part of the bloc, a graph analysis was made of Brazilian exports, imports, the main suppliers from Brazil from 2008 to 2014, to verify the oscillations, the performance of each of the countries that are part of the Mercosur, but a more focused view was placed on Brazil, which is one of Mercosur's strongest countries followed by Argentina. Both countries have suffered from the international and political crisis. The methodology was a bibliographic review, analytical and descriptive, where it sought to answer the research problem through sources such as google academic; virtual Library; articles, electronic journals; books. It is concluded that there was no complete integration among the member countries due to cultural, economic and social differences, and it is justified that Brazil would have little to gain as well, since it is the country that exports the most from the bloc, followed by Argentina, the others regional asymmetries have weakened the integration of countries.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....5
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....6
2.1 HISTÓRICO DO BLOCO.....6
2.2 A ESTRUTURA DO MERCOSUL.....11
2.3 LIMITAÇÕES ALFANDEGÁRIAS: Barreiras tarifárias e não tarifárias.....12
2.4 IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO.....17
2.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....25
2.6 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....25
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....33
4 REFERÊNCIAS.....35

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia versa sobre o Bloco Mercosul, seus países membros e associados e sua relação econômica, política e social entre si e com os demais países e blocos.

Para Santos (2013) o Mercosul (Mercado Comum do Sul) é um processo de integração econômica entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai inaugurado em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção. Esse processo de integração evoluiu a partir do programa de aproximação econômica entre Brasil e Argentina de meados dos anos 80 que, por sua vez, teve como antecedente mais remoto a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC).

Conforme Leal (2012) a ALALC existiu de 1960 a 1980 e compreendia todos os países da América do Sul (exceto as Guianas) mais o México. Não obteve o êxito esperado, pois, em geral, os países-membros se encontravam em uma fase de industrialização por meio da substituição de importações, adotando, como parte dessa política, tarifas elevadas para o comércio. O que iria contra a intenção de liberalização econômica na América do Sul.

Para Dathein (2004) em fins da década de 1970, os países-membros da ALALC, negociaram um novo tratado de comércio e criaram a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), inaugurada em 1980. Essa Associação se diferencia da ALALC principalmente pela maior flexibilidade, pois não só aceita, como também estimula a criação de acordos sub-regionais entre os países-membros. Dessa forma, surgiram acordos como: o Protocolo de Expansão do Comércio (PEC), entre Brasil e Uruguai; o Convênio Argentino-Uruguaio de Complementação Econômica (CAUCE); e o Tratado de Cooperação Econômica, entre Brasil e Argentina.

Conforme Gomes (2001) em 1988, Brasil e Argentina assinaram um Tratado de Integração, prevendo um Mercado Comum entre os dois países. No início da década de 1990, Paraguai e Uruguai, países que historicamente sempre tiveram Brasil e Argentina como principais parceiros externos, negociaram sua adesão a esse processo de integração. Surgia, assim, o Tratado de Assunção, estabelecendo como prazo para a constituição de um Mercado Comum entre os quatro países, a data de 31 de dezembro de 1994.

Dathein (2004) nos primeiros anos após a sua criação, o Mercosul avançou positivamente, sendo que o comércio entre os países-membros aumentou de US$4bilhões em 1990 para US$18 bilhões em 1997. Além disso, foram firmados acordos comerciais com Chile e Bolívia, e as exportações dos países membros aumentaram consideravelmente. No entanto o mesmo autor afirma que, após 1997, o comércio intrazona tornou-se negativo, estagnando depois de uma pequena recuperação. Dessa forma, o Mercosul se mantém muito longe de formar o Mercado Comum que pretendia.

Em vista do exposto este trabalho busca responder a seguinte problemática: Quais os empecilhos econômicos para o desenvolvimento do Mercosul?

Tem-se como objetivo geral verificar quais as dificuldades o Mercosul teve em promover a aproximação econômica e política entre os países membros.

. Como objetivos específicos tem-se: analisar a história, dificuldades e perspectivas do bloco de integração econômica; entender quais os entraves políticos e econômicos que impossibilitaram o Mercosul de consolidar-se como livre comércio.

Este trabalho se justifica, pois, blocos e tratados econômicos são extremamente importantes para a integração, economia e estrutura política de seus membros. Teve-se ocasiões onde o Mercosul mostrou-se responsável pelo estreitamento das relações exteriores.

A metodologia foi uma revisão bibliográfica, descritiva e analítica, pois analisou-se diversas variáveis e dados secundários de pesquisas, por meio de uma análise comparativa de gráficos, tabelas e indicadores econômicos dos países membros e associados do MERCOSUL.

Para o leitor se inteirar sobre o desenvolvimento da monografia, a mesma divide-se da seguinte forma: Nas subseções 2.1 até 2.6, tem-se: o histórico do bloco; seguido da estrutura do Mercosul; limitações alfandegárias: barreiras tarifárias e não tarifária; imposto de importação; procedimentos metodológicos; a análise e interpretação dos dados e por fim na seção 3 as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta a parte mais extensa do trabalho, o desenvolvimento. Tem-se um histórico do bloco para que o leitor possa por uma ordem cronológica conhecer o Mercosul e seus países membros.

2.1 O HISTÓRICO DO BLOCO

Conforme site do Mercosul no Brasil, o bloco tem como objetivos: Integração dos países, economicamente, além de integrar seus habitantes a transitar de forma mais fácil entre os países vizinhos; adoção da Tarifa Externa Comum (TEC); coordenação de políticas macroeconômicas; livre comércio de serviços, ou seja, passagem de mercadorias, exportação e importação entre os países; livre circulação de mãos de obra; livre circulação de capitais. Ainda conforme o site do Mercosul Brasil os idiomas principais são: Português, Espanhol e Guarani;

Conforme Abreu (2004) em 1997 começou as dificuldades para o bloco, a partir deste ano o Mercosul começa a sofrer com crises financeiras de seus países e com as crises internacionais (na Ásia e Rússia). Ainda conforme relata o mesmo autor durante este período de crise aumentaram as disparidades econômicas entre os países, o que complicou ainda mais a elaboração de políticas macroeconômicas regionais. Tais assimetrias somadas à onda de privatizações e à instabilidade externa das economias latino-americanas em razão de financiamentos concedidos através de políticas neoliberais, causaram aos Estados grande endividamento externo em consequência da desindustrialização que se instaurou no período.

Segundo Abreu (2004) dentre os principais empecilhos do período estavam a paridade entre peso argentino e o dólar (o que, com a desvalorização do Real em 1999, desequilibrou a balança comercial), e o empenho dos argentinos manter uma relação diferenciada com os EUA. A crise Argentina foi a prova de que o apoio americano não era tão forte e, simultaneamente à desvalorização do peso em 2001, essa relação com os EUA começou a fracassar. Por si só a crise Argentina seria suficiente para explicar a forte redução no volume do comércio entre suas partes, porém o Mercosul entrou em crise sob vários ângulos neste período.

> Em relação às políticas macroeconômicas e à taxa de câmbio dos principais países do bloco durante a crise, “no início de 1999, após as eleições gerais

> de novembro do ano anterior, quando os efeitos da sucessão de choques externos estavam agravando ainda mais a crise interna, o governo brasileiro recém-eleito, liberou completamente a taxa de câmbio, deixando a Argentina com sua moeda sobrevalorizada e apegada ao sistema anterior. Como resultado, criou-se uma inconsistência de regimes cambiais que conduziram graves desequilíbrios internos e externos, sobretudo no país vizinho" (TRICHES et al 2008, p. 116-117).

Segundo Melo (2011) Mercosul é uma organização internacional com quadro territorial regional, sendo a união de países da América Latina que buscam uma autuação conjunta no mercado internacional, tem estrutura jurídica de integração, é um acordo fechado, devido aos países membros ter que obrigatoriamente satisfazer o critério geográfico.

Com intuito de superar o período de dificuldades pós crise, no final de 2005 o Mercosul deu um passo importante em busca do seu desenvolvimento, a entrada da Venezuela no bloco, que conforme Sloboda (2015) foi considerada por muitos juridicamente ilegítima devido o protocolo de adesão da Venezuela não ter sido ratificado pelo Paraguai e a exigência legal para aprovação por todos os Estados parte não ter sido respeitada. Ainda conforme o autor chegou-se a argumentar que essa decisão violaria o Protocolo de Ouro Preto, também sem a presença do Paraguai, O Mercosul fortalece-se por meio do aprofundamento da integração regional, com o aumento do número de membros. O bloco destaca-se não apenas como esfera econômica, mas também política, com a harmonização gradativa de posições em foros internacionais.

Ruiz (2010, pág. 84) diversas razões explicam as relações de Venezuela com Brasil, uma delas é a fronteira extensa, que compreende os estados brasileiros de Amazonas e Roraima e o Venezuelano de Guayana y Amazonas, entre os quais existe uma relação comercial dinâmica. Um dos eixos da nova cooperação era desenvolver políticas recíprocas e complementares, que ocorreu pela inauguração da rodovia BR 174, que liga o território Brasileiro a Caracas.

Atualmente, o Mercosul possui, além dos cinco membros (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) outros sete países associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, Guiana e Suriname).

Conforme site do Mercosul no Brasil, em 2 de setembro de 2016, a República Boliviana da Venezuela foi notificada do cessamento do exercício de seus direitos inerentes á condição de Estado Parte do MERCOSUL, em razão do

descumprimento de compromissos assumidos no Protocolo de Adesão ao MERCOSUL, em 2017 o País foi notificado da suspensão de todos os seus direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL.

Conforme Kirschner (2004) as disparidades entre os países membros do Mercosul, advêm do diferente tamanho das economias, assim como das diferenças de riqueza, que acabaram sendo agravados por uma integração que se deu, até hoje, de forma incompleta". Ainda conforme o mesmo autor as grandes assimetrias regionais acabam por enfraquecer a integração de bloco e dificultam seu desenvolvimento futuro, a sustentação do bloco depende da identificação dessas assimetrias e da criação de políticas para abrandá-las, portanto, a liberalização deve estar acompanhada de políticas de infraestrutura, que possibilitem uma distribuição mais equitativa dos ganhos com a integração.

> "A integração (...) nunca cumpriu o papel anticíclico que dela se esperava. Ao contrário, quando os países latino-americanos entram em crise, os processos de integração normalmente também retrocedem, com o comércio intra-regional sofrendo grandes quedas. No caso do MERCOSUL, no período de crise recente (1999 a 2002), isso se repetiu" (DATHEIN, 2004).

Conforme Correia (2005), há um "déficit democrático" no processo decisório deste bloco, levando a que a atitude de poucos possa travar completamente um projeto de interesse de todas as populações envolvidas. Segundo o autor, a única saída para resolver o impasse atual seria ampliar o espaço da discussão e o número de atores envolvidos, além de ampliar também o alcance da integração para além da esfera econômica.

Dathein (2004), também acredita que o envolvimento de outras partes nas questões decisórias é importante para o MERCOSUL. "Um fato fundamental para determinar a possibilidade de sucesso de um projeto de integração é a participação de empresários dos países envolvidos".

Segundo Kirschner (2004), até hoje o MERCOSUL foi produto de vontades políticas, sendo que, quando há um conflito de interesses entre os governos, as negociações acabam sendo retardadas, afetando a eficiência e a segurança jurídica das decisões tomadas. Sendo assim, o desenvolvimento do bloco depende do estado das relações entre os governos. Considerando-se o MERCOSUL " um

projeto de partes com grandes diferenças relativas de poder”, é compreensível que os acordos não sejam cumpridos com a efetividade e com a transparência devida.

Conforme Saraiva; Ruiz (2009) com o novo mandato de Lula e o Governo de Cristina Kirchner não introduziram muitas novidades e novas perspectivas de aprofundamento da integração do bloco. Ainda as posições frente ao Mercosul na Argentina caracterizaram-se pela falta de consenso interno sobre a necessidade de se estruturar um espaço regional, a ideia de uma dependência em relação ao Brasil e os riscos de se ter um parceiro imprevisível com uma economia instável e as diferenças existentes, dificultaram a consolidação de um quadro favorável de parceria.

Além das assimetrias políticas (dadas pela condução política do país e pelas preferências nacionais em relação à distribuição de bens públicos), o MERCOSUL também encontra dificuldades devido às assimetrias estruturais, como a já referida capacidade diferenciada das economias de se beneficiar da integração, e também outros aspectos do seu desenvolvimento econômico e social, como o nível de renda per capita.

Studart; Hermann (2001) expõem um histórico do sistema financeiro dos países do Mercosul, sendo que o mesmo foi moldado pela necessidade de criar-se um conjunto de instituições voltados para o financiamento dos setores reais e pelas condições macroeconômicas específicas de cada país. Os autores corroboram que a partir dos anos de 1990 sistemas financeiros do Mercosul passou por mudanças significativas, começou-se por alterações regulatórias visando à redução do papel do Estado na intermediação financeira.

Conforme Mariano (2007) as análises sobre o Mercosul, demonstram que a crise vivida por esse bloco desde 1999 não é decorrente somente dos problemas comercias, embora sejam a visão mais vista da crise, mas a realidade é que essa crise vem do próprio modelo de integração adotado. O Brasil é o principal parceiro deste bloco.

2.2 A ESTRUTURA DO MERCOSUL

Conforme site do Mercosul o Conselho do Mercado Comum é um órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo tratado de Assunção.

Segundo Junior (2003, p. 84) em 26 de março de 1991, foi assinado, pela República da Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai, o tratado de Assunção, instituído o chamado Mercosul, a criação do Mercosul foi consequência do tratado. Foram estabelecidos quatros pontos primordiais a serem alcançados:

- A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, eliminando os direitos alfandegários e tarifas de forma gradual;
- O estabelecimento futuro de uma tarifa externa comum (TEC);
- A coordenação política macroeconômica e setorial entre os Estados-membros, relativa a comércio exterior e de capitais;
- O compromisso dos Estados-membros de harmonizarem suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Camargo (2006) cita que no decorrer dos anos 1990, o Mercosul recém-criado, conviveu com as crises econômico-financeiras de seus países membros, crises derivadas da adoção de modelos de estabilização macroeconômica e de ajustamento estrutural às novas condições do comércio global que haviam adotado a abertura indiscriminada de seus mercados.

Conforme site Câmara em 17 de dezembro de 1991, foi assinado o protocolo de Brasília, mais tarde complementado pelo protocolo de Olivos, assinado em 18 de fevereiro de 2002, ambos estabelecem normas para controvérsias no Mercosul. O Mercosul tem como objetivo criar um mercado comum com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos. Ainda conforme o site Câmara, o Mercosul possui a seguinte estrutura:

- O Conselho do Mercado Comum (CMC): órgão superior, responsável pela condução política do processo de integração e composto pelos Ministros das Relações Exteriores e de Economia dos quatros países.
- Grupo Mercado Comum (GMC): órgão executivo, integrado por representante dos Ministérios das relações exteriores, de economia e dos bancos centrais dos quatro países.
- Foro de Consulta e concertação Política (FCCP): órgão auxiliar do CMC, com o objetivo de ampliar e sistematizar a cooperação política entre os países que fazem partes;

Camargo (2006) relembra que em 1988 foi assinado o tratado de integração, cooperação e desenvolvimento e dois anos depois a Ata de Buenos Aires, por meio do qual se constituiu o Grupo Mercado Comum (GMC).

Conforme Mariano (2007) o tratado de Integração e cooperação entre Brasil e Argentina foi negociado em um momento muito delicado, momento em que os governos estavam voltados para as questões domésticas, caracterizadas por uma forte crise econômica. Parte do apoio recebido para o fechamento desse acordo veio de pressões empresariais.

Conforme site Abimaq os acordos comerciais pelo qual o Brasil faz parte são: preferência tarifária regional entre países da ALADI (PTR-04); automotivo Brasil (Uruguai ACE-02); automotivo Brasil (Argentina ACE-14); Mercosul (ACE-35); Mercosul Chile (ACE-35); Mercosul Bolívia (ACE-36); Mercosul México (ACE-54); automotivo Mercosul México (ACE 55); Mercosul Peru (ACE-58); Mercosul Colômbia, Equador e Venezuela (ACE-59); Brasil Guiana (ACE-38); Brasil Suriname (ACE-41); Mercosul Cuba (ACE-62); Mercosul India; Mercosul Israel;

2.3 LIMITAÇÕES ALFANDEGÁRIAS: Barreiras tarifárias e não tarifárias

Conforme acordado no tradado de Assunção foi adotada uma tarifa externa comum, chama-se (TEC). A TEC é uma alíquota de imposto cobrada na importação de produtos de países que não fazem parte do bloco e tem por objetivo estimular a competitividade dos membros do bloco. Kume; Piani (2005) explicam que a TEC aprovada pelo Mercosul apresentava uma média de 12%, em uma amplitude de 0 a

20% em alíquotas que variavam entre 0 e 12% de insumos, de 12% a 16% de bens de capital de 18% a 20% de bens de consumo. Ainda conforme os mesmos autores tiveram-se críticas sobre a estrutura tarifária, pois em detrimento do excessivo número de alíquotas, que poderia haver uma maior simplicidade na administração aduaneira e à falta de uniformidade da proteção efetiva.

Conforme Abimaq as barreiras não tarifárias (BNTs) são quaisquer mecanismos e instrumentos de política econômica que influenciam o comércio internacional sem o uso de mecanismos tarifários. Conforme o site o tipo clássico de BTN são: as cotas de importação: são uma forma de restrição à quantidade de produtos importados, limitada a um número pré estabelecido alocado sob a base global ou específica, essas cotas podem ser combinadas às barreiras tarifárias tradicionais, com tarifas que variam entre um valor mais baixo, quando a quantidade importada ainda está abaixo da quota; barreiras técnicas: é um tipo de barreira não tarifária, são reguladas pelo Acordo Sobre Barreiras Técnicas ao comércio (TBT em inglês), o site cita ainda que é possível restringir barreiras técnicas a produtos específicos com a proibição da entrada de carne onde haja epidemia animal ou a criação de critérios de higiene mínimos para o transporte de cerveja por exemplo.

> "A heterogeneidade e o diverso grau de industrialização e desenvolvimento econômico de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai sempre causaram dificuldades para o funcionamento do Bloco, ainda enquanto área de livre comércio e mais ainda na situação de União Aduaneira, que nunca se efetivou plenamente: há muitas perfurações da tarifa externa comum e acumulam-se exceções na cobrança de tarifas no comércio intra Mercosul." (FORJAZ, 2006)

Peixoto (2015) afirma que no Brasil pode-se observar maior incidência de barreiras não tarifárias do que tarifárias às importações. Para o aperfeiçoamento da união aduaneira, os Acordos de Complementação Econômica (ACE) são importantes tratativas, pelos quais fixam tarifas de importação e exportação e isentam o Imposto de Importação para diversos produtos no comércio internacional entre os membros do bloco.

Segundo Andrade (2007) as barreiras não tarifárias estão intimamente relacionadas com a questão da competitividade. O conhecimento tanto empírico quanto conceitual das barreiras é limitado ou dificultado pela baixa padronização dos métodos e pelos dados, inadequados ou desatualizados.

Conforme Mereles (2017) a Venezuela foi incorporada como um dos Estados Parte em 2012, mas está suspensa desde dezembro de 2016 pela demora em cumprir questões comerciais dentro do bloco. Em 2017 depois de violações de princípios democráticos na crise que assola a Venezuela, os países fundadores do Mercosul decidiram suspende-la do bloco por ruptura de ordem democrática.

Sasaki (2016) afirma que as normas do bloco dificultam o estabelecimento de acordos de livre comércio com outros países e blocos econômicos. Atualmente o Mercosul possui acordos desse tipo somente com Egito, Israel e Palestina, as negociações com a União Europeia estão travadas a mais de uma década por falta de consenso entre os membros. Além do mais conforme o mesmo autor os países que fazem parte do bloco não podem negociar acordos comerciais individualmente. Como exemplo, as normas da TEC restringem a possibilidade de o Brasil fechar um acordo de livre comércio com Japão se o Uruguai não quiser, como se diz: “ou se negocia em bloco ou nada feito”.

Segundo Peixoto (2015) as principais barreiras tarifárias na importação brasileira são: o imposto de importação, as taxas alfandegárias e a valoração aduaneira. Essas barreiras incidem diretamente sobre o preço do produto, visando dificultar a entrada de determinado produto em território nacional. A mesma autora expõe que essas barreiras tarifárias são utilizadas como um mecanismo de defesa à indústria doméstica.

Junior (2003) exemplifica que o Mercosul representa a experiência mais bem-sucedida na América Latina, onde não se restringe apenas a um espaço consumista de livre circulação, mas a busca a alcançar uma melhor qualidade de vida para os cidadãos, uma maior integração e desenvolvimento de âmbito econômico e social.

Como exemplo de taxas cobradas pela TEC do Mercosul, a tabela abaixo expõe os diversos produtos e suas respectivas taxas, apresenta-se as estimativas de tarifas nominal e efetiva por setor de atividade.

Tabela 1 Tarifa externa comum do Mercosul prevista para 2006, nominal e efetiva por setor de atividade

Código	Atividade	Nominal (%)	Efetiva (%)
1	Agropecuária	3,8	2,9
2	Extrativa Mineral (exceto combustíveis)	3,9	1,7
3	Petróleo e Carvão	0,0	-1,8
4	Produtos Minerais Metálicos	11,5	13,3
5	Siderurgia	8,0	12,5
6	Metalurgia dos Não-ferrosos	10,0	10,3
4	Outros Produtos Metalúrgicos	15,8	21,2
8	Máquinas e Tratores	13,8	14,2
10	Material Elétrico	16,0	20,0
11	Equipamentos Eletrônicos	13,1	12,9
12	Automóveis, Caminhões e Ônibus	34,0	124,0
13	Outros Veículos e Peças	13,8	14,2
14	Madeira e Mobiliário	11,0	13,1
15	Celulose, Papel e Gráfica	11,9	12,7
16	Borracha	12,8	14,7
17	Fabricação de Elementos Químicos	12,8	13,9
18	Refino de Petróleo	4,6	5,3
19	Produtos Químicos Diversos	8,8	10,6
20	Farmacêutica e Perfumaria	10,0	9,9
21	Artigos de Plástico	16,5	20,6
22	Têxtil	16,4	21,8
23	Vestuário	19,6	22,3
24	Couros e Calçados	14,2	15,7
25	Indústria do Café	11,3	11,7
26	Beneficiamento de Produtos Vegetais	12,1	22,2
27	Abate de Animais	9,8	9,8
28	Indústria de Laticínios	15,6	16,6
29	Açúcar	16,0	16,9
30	Fabricação de Óleos Vegetais	8,7	9,9
31	Bebidas e outros Produtos Alimentares	15,7	23,6
32	Produtos Diversos	14,4	16,1
	Média Simples	12,4	17,2
	Média Simples, Exceto Automóveis, Ônibus	11,7	13,6
	Mediana	12,8	13,9
	Mediana, Exceto Automóveis, Ônibus	12,5	13,6
	Mínimo	0,0	- 1,8
	Máximo	34,0	124,0
	Máximo, exceto Automóveis, Ônibus	19,6	23,6
	Desvio-padrão	5,9	20,7
	Desvio-padrão, exceto Automóveis, Ônibus	4,4	6,2

Kume; Piani (2005)

Conforme a tabela acima os setores mais favorecidos e protegidos na visão de Kume; Piani (2005) foram: automóveis, caminhões e ônibus (124%); bebidas e outros produtos alimentares (23,6%); vestuário (22,3%) beneficiamento de produtos vegetais (22,2%); e outros produtos metalúrgicos (21,1%).

(MARTINS, 2002 *apud* GUIMARÃES; SIQUEIRA, 2011) citam que conforme a União Europeia e União Aduaneira é perfeita, pois 100% dos produtos importados de fora para dentro do bloco o são com a mesma tarifa, a União Aduaneira do Mercosul é imperfeita, pois com o fim de proteger determinados setores industriais,

os quatro países relacionaram produtos que não são importados com a mesma tarifa.

Outro problema no atual acordo da tarifa é o fato que os países acabam cobrando-a em duplicidade na importação de um produto de fora do Mercosul. Quando uma mercadoria chega ao porto de Santos, por exemplo, é cobrada a TEC. Se o produto avançar para o Uruguai, a mercadoria será tarifada novamente. Acabar com a bitributação afetaria principalmente ao Paraguai, onde a arrecadação pública necessita do comércio de triangulação, mas todos os membros acabam beneficiando-se da renda aduaneira.

Guimarães (2010) explica que essa bitributação era positiva para o Paraguai porque 20% da sua arrecadação de tributos era gerada por essa tarifa de importação, com o fim da cobrança o Paraguai perderia esses 20%. No entanto atualmente as mercadorias de origem de fora do Mercosul pagam a TEC e se for reexportada, pagavam novamente. Com o acordo as mercadorias que entram pagam os encargos aduaneiros uma única vez e poderão circular livremente pelos países sócios do Mercosul. Desta forma resolveria o entrave da TEC para livre negociação e o Mercosul ficaria nos moldes da União Europeia.

> O Protocolo de Ouro Preto consolidou a estrutura institucional já existente e sua principal modificação foi no sentido de gerenciar a Tarifa Externa Comum, como forma de viabilizar o estabelecimento da união aduaneira. Este protocolo define melhor as atribuições e competências dos órgãos existentes, porém não apresentou inovação significativa no que se refere à construção de mecanismos institucionais que permitem o aprofundamento do bloco. (MARIANO, 2007, 117).

Segundo Baumann (2001) a partir da assinatura do tratado de Assunção, em 1991, teve início o programa de liberação comercial entre os países-membros. Foi acordado que se procederia a uma redução semestral de 7% em todas as tarifas incidentes sobre os produtos comercializados entre os 04 países, partindo de uma redução inicial de 47%. O mesmo autor explica que dentre as dificuldades existentes as resistências por parte da Argentina em razão dos desequilíbrios externos daquele país em 92 e 93, havia diferenças expressivas na estrutura tarifária dos países envolvidos:

- O Brasil tinha alíquotas baixas para matérias primas e produtos agrícolas (0 a 10%), tarifas médias ou altas para insumos industriais (10 a 20%).

- Na Argentina os insumos industriais tinham tarifas mais baixas e, nos setores de bens de capitais e informática a alíquota era zero.
- O Paraguai tinha tarifa baixa para a maior parte dos produtos;
- O Uruguai tinha tarifas altas para produtos agrícolas e baixas para insumos agrícolas e industriais.

Mariano (2007) destaca que a falta de uma unificação dessas tarifas foi um dos obstáculos para o esboço da Tarifa Externa Comum, a TEC, o processo de negociação dessa tarifa teve inicio sem que a metodologia a ser utilizada fosse clara.

A tarifa externa comum conforme Melo (2011) é de fundamental importância para o desenvolvimento do projeto de integração a que se propôs o MERCOSUL e engloba uma nomenclatura comum, que é uma padronização/uniformização dos produtos objetos de importação.

Andrade (2007) expõe que o acordo sobre a agricultura trouxe uma relativa melhoria de acesso ao mercado ao desenvolver o conceito de quotas tarifárias, este estabelece dois patamares de impostos aduaneiros. Essas quotas tarifárias prejudicam mais os países em desenvolvimento que apresentam uma baixa diversidade de produtos agrícolas em sua pauta de exportação.

2.4 IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Conforme Brasil (1966) em seu artigo 3º do código tributário imposto é um tributo e toda a prestação pecuniária compulsória, em moeda cujo valor nela possa se exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa.

Em Brasil (2009) o território aduaneiro compreende todo o território nacional, a zona primária é constituída pelas seguintes áreas demarcadas pela autoridade aduaneira local: área terrestre ou aquática; contínua ou descontínua nos portos alfandegados; área terrestre, nos aeroportos alfandegados; área terrestre que compreende os pontos de fronteira alfandegados e zona secundária, que compreende a parte restante do território aduaneiro, nela incluídas as águas territoriais e o espaço aéreo.

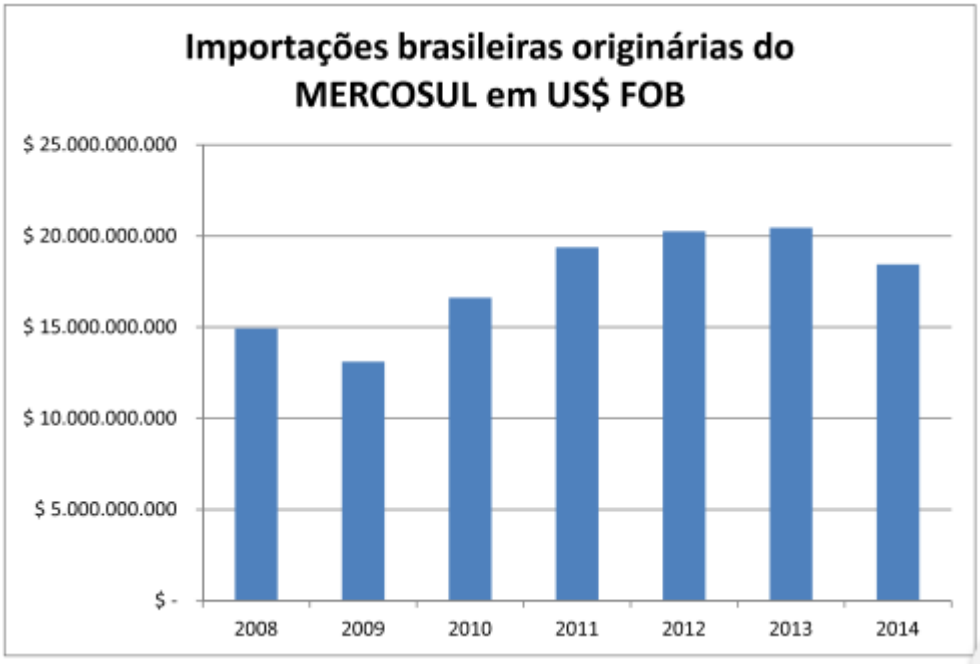
Machado (2009) conceitua imposto de importação, conhecido como tarifa aduaneira, é de competência da União Federal, se trata de um imposto com

implicações no relacionamento do País com o exterior. A função do imposto de importação é importante como instrumento de proteção da indústria nacional como instrumento de arrecadação de recursos financeiros para o tesouro público. O mesmo autor explica que se não existisse o imposto de importação, a maioria dos produtos industrializados no Brasil não teria condições de competir no mercado com seus similares produzidos em países mais desenvolvidos.

A principal atuação do imposto de importação, conforme Harada (2006 *apud* MELO, 2011) é para regular o comércio internacional. Sua atuação se dá pela proteção da indústria nacional na maneira em que protege os produtos internos de uma competição desleal com produtos externos.

O gráfico a seguir demonstra um comparativo das importações brasileiras originárias do Mercosul em US$.

Gráfico 1 – Importações brasileiras originárias do Mercosul



Fonte: MDIC (2015 apud PEIXOTO 2015)

Percebe-se pelo gráfico que no ano de 2008 as importações totalizavam 15.000 dólares tendo uma queda em 2009 e um salto para 20.000 dólares em 2012, tendo um crescimento em 2013, tendo uma leve queda em 2014.

No gráfico 2, buscou-se uma estimativa de importação brasileira dos anos de 2003 a junho de 2017, como um comparativo com Mercosul.

Gráfico 2 indústrias da transformação penetração de importações

Fonte: abimaq.org.br

O gráfico 2 demonstra uma estimativa econômica na cor marrom, percebe-se que a estimativa foi bem positiva em relação à realidade, teve-se queda nas importações a partir de 2013, tendo continuidade até 2016, no ano de 2017 até o mês de junho teve uma leve alta. Este gráfico desprende de informações de importação principalmente da china, conforme o site da Abimaq, comparando-se com o gráfico 1 manteve-se um equilíbrio de importações tanto pelo Mercosul como os outros países.

O gráfico 3 expõe os principais países fornecedores do Brasil desde o ano de 2008 até 2014, conforme ainda demonstra Peixoto (2015).

Gráfico 3 fornecedores do Brasil em 2008

Fonte: MDIC (2015 apud PEIXOTO 2015)

Observa-se que a Ásia é o principal fornecedor ao mercado brasileiro, ficando o Mercosul em quarto lugar.

Gráfico 4 Fornecedores do Brasil em 2009

Fonte: MDIC (2015 *apud* PEIXOTO 2015)

Observa-se que em 2009 se manteve um crescimento nas importações continuando-se o mesmo cenário com a Ásia em primeiro lugar e o Mercosul em quarto lugar.

Gráfico 5 Fornecedores do Brasil em 2010

Fonte: MDIC (2015 *apud* PEIXOTO 2015)

Neste período percebeu-se um crescimento da Ásia e uma leve queda dos outros fornecedores, o Mercosul passou de 10,3% em 2009 para 9,1% em 2010.

Gráfico 6 Fornecedores do Brasil em 2011

Fonte: MDIC (2015 *apud* PEIXOTO 2015)

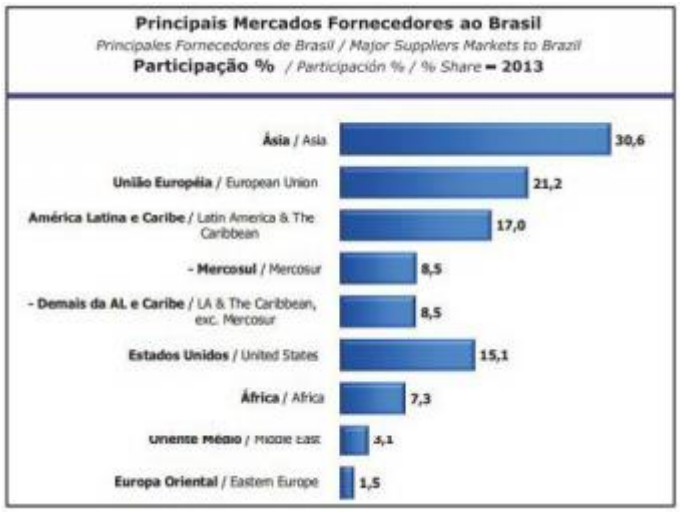
Percebeu-se uma queda na importação principalmente nos quatro primeiros fornecedores, permanecendo a Ásia como o principal fornecedor se mantendo em crescimento e os países do Mercosul despencaram de 9,1% em 2010 para 8,6% em 2011.

Gráfico 7 Fornecedores do Brasil em 2012

Fonte: MDIC (2015 *apud* PEIXOTO 2015)

A Ásia se manteve no ranking, tendo o Mercosul uma leve recuperação como fornecedor ao Brasil.

Gráfico 8 – Fornecedores do Brasil em 2013



Fonte: MDIC (2015 *apud* PEIXOTO 2015)

A Ásia se manteve no ranking com o Mercosul e demais países empatados em 2013, como principais fornecedores do Brasil.

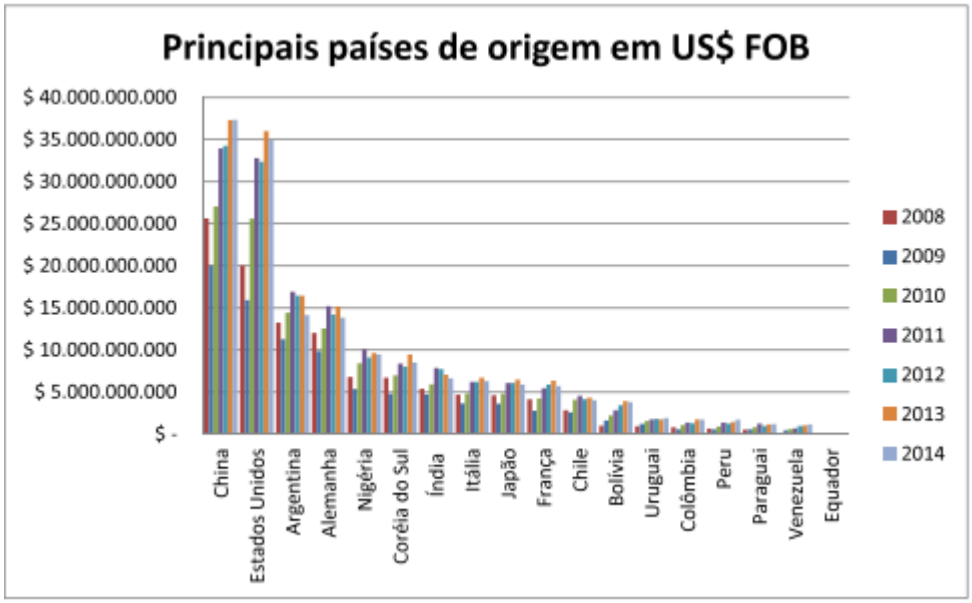
Gráfico 9 Fornecedores do Brasil em 2014

Fonte: MDIC (2015 *apud* PEIXOTO 2015)

Conforme Peixoto (2015) o Mercosul analisado isoladamente poderá não representar o seu real impacto às importações brasileiras, no entanto em comparação com outros blocos obtêm-se a magnitude somado principalmente à América Latina.

O gráfico 10 esclarece sobre quais são os principais países que fornecem insumos e produtos ao Brasil.

Gráfico 10 – Países fornecedores do Brasil

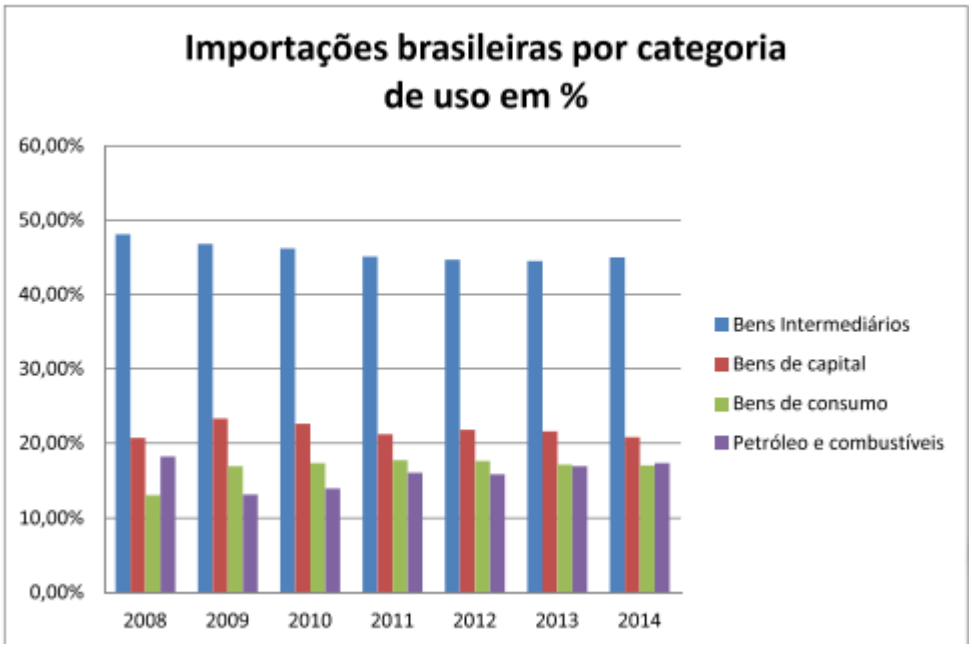


Fonte: MDIC (2015 *apud* PEIXOTO 2015)

Percebe-se pelo gráfico que a China é o principal país fornecedor ao Brasil e faz parte da Ásia, seguido dos Estados Unidos, sendo a Argentina que representa o Mercosul nestes dados, somando-se aos outros países do Mercosul, Uruguai, Venezuela e Paraguai.

Peixoto (2015) enfatiza o quanto o Brasil é importante para o Mercosul e para o comércio regional, conclui-se que se tivesse uma maior integração e comprometimento dos países do bloco os índices poderiam ser melhores ainda.

Gráfico 11 Principais produtos importados pelo Brasil

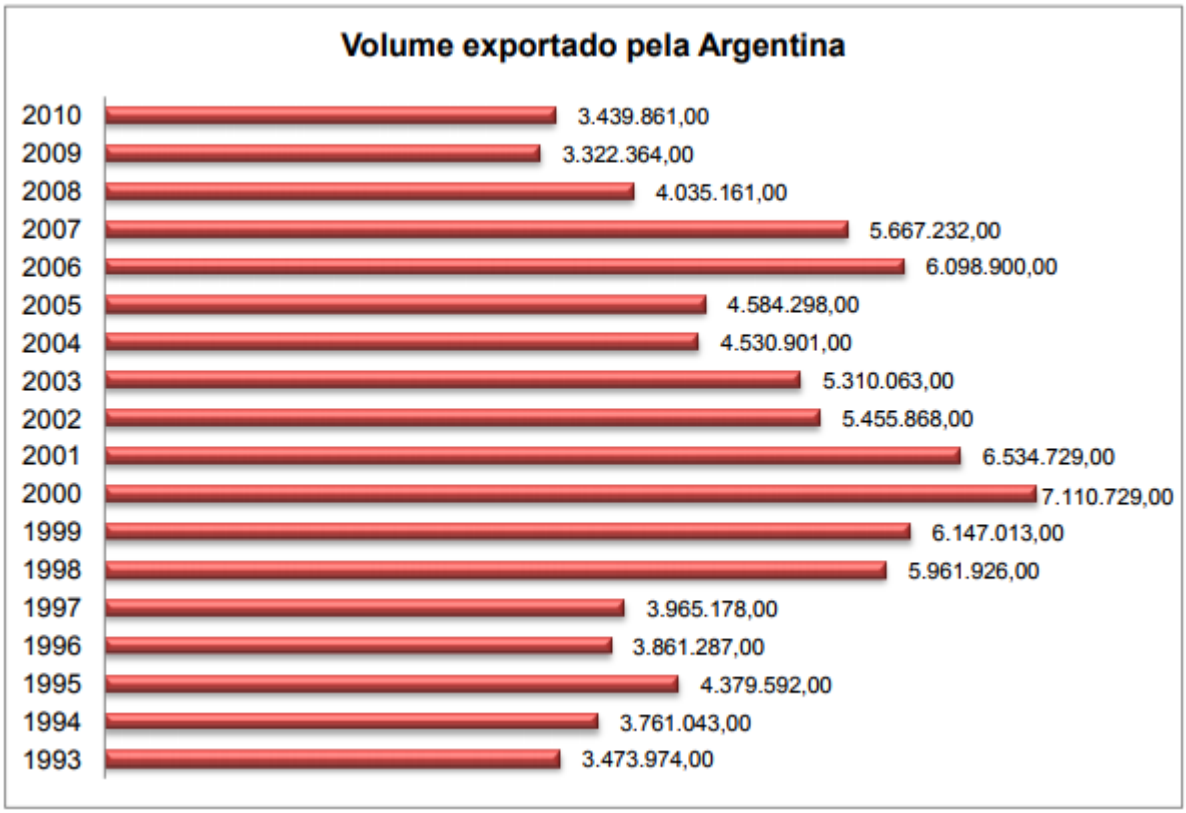


Fonte: MDIC (2015 *apud* PEIXOTO 2015)

Em análise ao gráfico a categoria que mais o Brasil importou foram bens intermediários onde oscilou de 48% em 2008 e ficou em 45% em 2014; seguindo-se dos bens de capital de consumo e commodities.

Sabe-se que a Argentina é o principal país exportador para o Brasil, o gráfico 12 apresenta um histórico de exportação da Argentina para o Brasil – 1993 a 2010.

Gráfico 12 Volume exportado pela Argentina



Fonte: Silveira (2010) adaptado de Mdic

Em análise ao gráfico acima percebe-se que em 1993 começou tímido as exportações da Argentina, teve-se um pico máximo de vendas em 2000 e em 2010 o volume despencou ficando quase que equiparado a 1993. Conforme Silveira (2010) o fator que mais contribuiu para um cenário positivo foi a Tarifa Externa Comum nula entre países do Mercosul.

A tabela 2 enfim demonstra o crescimento das importações brasileiras em US$ comparando-se o ano de 96 até 2015.

Tabela 2 Crescimento das importações brasileiras em US$

Período	US$ FOB - Importações	Comparativo em % - base fixa Abr/96 a Mar/97
Abr/96 a Mar/97	$ 54.083.678.500,00	100,00
Abr/99 a Mar/00	$ 50.478.784.893,00	93,33
Abr/04 a Mar/05	$ 65.663.655.681,00	121,41
Abr/09 a Mar/10	$ 137.881.118.002,00	254,94
Abr/14 a Mar/15	$ 221.801.882.528,00	410,11

Fonte: Peixoto (2015) adaptado MDIC

Percebe-se nitidamente o salto de 100% em 96 e 97 para 400% em 2015; isso se deu as alianças advindas do Mercosul, porem conforme Peixoto os países com economias mais fracas tiveram dificuldades em ter uma fatia deste mercado, devido a competitividade. Muitos países tiveram que aperfeiçoar seus produtos sem que afetasse os preços para poder se manter no mercado.

2.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os processos metodológicos podem ser entendidos como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para atingir o objetivo.

Segundo Fernandes (1999, p. 152), cada ciência estuda utiliza “métodos específicos para ser estudada, cabendo ao pesquisador, mediante aos conhecimentos inerentes a área de estudo em que se insere a ciência questionada, definir os métodos a serem seguidos na realização da pesquisa”. Desta forma, o objetivo da metodologia cientifica é proporcionar um sistema de regras explicitas e procedimentos de coleta de dados e da sua transformação em informação relevante para a problemática apresentada.

Quanto ao tipo de pesquisa, foi uma revisão bibliográfica, descritiva e analítica, pois analisou-se diversas variáveis e dados secundários de pesquisas, por meio de uma análise comparativa de gráficos, tabelas e indicadores econômicos dos países membros e associados do MERCOSUL. Buscou-se em fontes como o google acadêmico, biblioteca virtual; artigo de autores que defendem o tema, livros.

2.6 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE DADOS

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa bibliográfica. Primeiramente foram analisados gráficos, tabelas e indicadores econômicos dos membros associados, comparou-se se desenvolvimento do Brasil de 2005 até junho de 2017, com os principais países do bloco, a partir do relacionamento com o bloco, tanto os aspectos políticos e econômicos quanto em aspectos sociais no intuito de mensurar a real influência da associação e suas consequências para a economia de seus países.

A tabela 3 apresenta a extensão territorial dos países membros do MERCOSUL, dados retirados do site MERCOSUL BRASIL.

Tabela 3 Extensão Territorial

ESTADOS PARTES	EXTENSÃO TERRITORIAL
ARGENTINA	2.791.810 km²
BRASIL	8.502.728 km²
PARAGUAI	406.750 km²
URUGUAI	176.220 km²
VENEZUELA	912.050 km²
TOTAL	12.789.558 km²

Fonte: IBGE

Conforme análise o território do MERCOSUL, corresponde conforme o site oficial do MERCOSUL Brasil, três vezes á área da União Europeia. O Brasil é o maior país em extensão territorial seguido em segundo lugar a Argentina. Salienta-se que a Venezuela saiu do bloco em 2016, e os dados não foram ainda atualizados.

Na tabela 4, exemplifica-se a população em Milhões dos Estados Partes do MERCOSUL.

Tabela 4 População

ESTADOS PARTES	POPULAÇÃO (em milhões)
ARGENTINA	40,57
BRASIL	194,93
PARAGUAI	6,53
URUGUAI	3,37
VENEZUELA	29,77
TOTAL	275,17

Fonte: FMI

Percebe-se que o Brasil é o país com maior população no Bloco, seguido da Argentina. Isto se dá devido a extensão territorial que é maior.

Conforme site oficial do MERCOSUL no Brasil o MERCOSUL representa algo equivalente à quinta maior economia mundial, com PIB de US$ 2,7 trilhões. Em 1991 as trocas comerciais multiplicaram-se mais de 12 vezes, passando de US$ 4,5 bilhões em 1991 para 57 milhões em 2013. Em 2017 os dados foram atualizados até julho, que mostrou um crescimento de 22,1% nas exportações brasileiras (US$ 13 bilhões) e de 53% no saldo comercial do Brasil com o bloco (US$ 5,9 bilhões) em

relação ao mesmo período de 2016. Em 2016 cerca de 84% das exportações brasileiras para o MERCOSUL foram de bens industrializados.

A tabela 5 apresenta o desempenho do PIB brasileiro comparando-se o ano de 2016 e os primeiros 6 meses de 2017.

Tabela 5 – PIB o consumo do Brasil em 2016 e junho de 2017

Demanda	T/T-1*	T/T-4	Acum. 12 m	Acum. 6 m
PIB	**0,2**	**0,3**	**-1,4**	**0,0**
Consumo das Famílias	1,4	0,7	-1,9	-0,6
Consumo do Governo	-0,9	-2,4	-1,2	-1,9
Formação Bruta de Capital Fixo	-0,7	-6,5	-6,1	-5,1
Exportação	0,5	2,5	-0,7	2,2
Importação	-3,5	-3,3	-0,7	2,9

Fonte: abimaq.org.br

Analisando-se a tabela acima percebe-se que em 2016 o consumo médio das famílias e do governo manteram-se em queda, a exportação e importação inclusive ficou negativo; porém no primeiro semestre de 2017 teve uma leve recuperação a exportação e importação manteve-se positivo e uma alta significativamente.

A tabela 6 apresenta a evolução das exportações brasileiras de produtos manufaturados para o MERCOSUL US$ bilhões.

Tabela 6 Evolução das exportações brasileiras de produtos manufaturados para o MERCOSUL em US$ bilhões

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 2005-2014	2015 (jan-out)
Exportações brasileiras de produtos manufaturados para o MERCOSUL (1)	12,80	15,95	20,03	23,57	17,28	22,58	27,57	23,85	24,92	19,32	**51,0%**	14,47
Exportações brasileiras totais de produtos manufaturados (2)	65,36	75,02	83,94	92,68	67,35	79,56	92,29	90,71	92,95	80,21	**22,7%**	59,73
Participação em % (1)/(2)	**19,6%**	**21,3%**	**23,9%**	**25,4%**	**25,7%**	**28,4%**	**29,9%**	**26,3%**	**26,8%**	**24,1%**	**n.c.**	**24,2%**

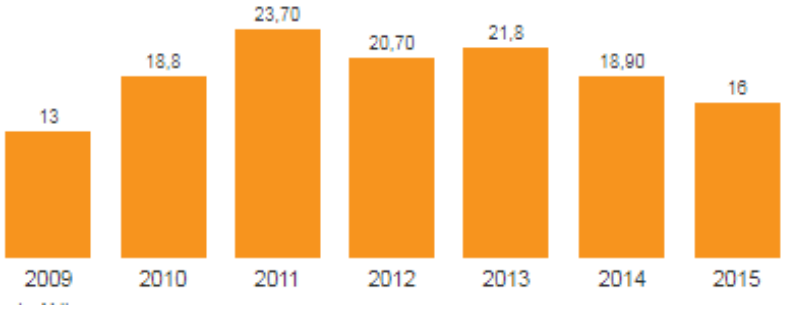
Fonte: Ministério das Relações Exteriores – MRE

Em análise a tabela acima percebe-se que o Brasil teve seu pico maior em produtos manufaturados no ano de 2013, com 24,92 bilhões de dólares isto em relação a 2005 a 2013, foi gradativo. Porém de janeiro a outubro de 2015 despencou, para 14,47 bilhões de dólares.

Desmembrando-se cada um dos países do bloco que no qual o Brasil exportou produtos industrializados, tem-se os seguintes resultados dispostos na tabela 5.

O gráfico abaixo exemplifica também em bilhões os produtos que tiveram queda na exportação brasileira.

Gráfico 13 – Vendas do Brasil para países do MERCOSUL – Em US$ bilhões



Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1698207-exportacoes-do-brasil-caem-para-os-quatro-parceiros-do-mercosul.shtml

Comparando-se com a tabela 4, em 2011 teve-se um pico nas exportações, decrescendo gradativamente, tendo-se uma leve alta em 2013, porém fechou 2015 com a pior queda. Conforme Agostini (2015) as vendas de carne bovina e frango despencaram 30%, este resultado conforme a mesma autora chamou a atenção pois a Venezuela era o principal freguês no MERCOSUL nas exportações brasileiras. A Venezuela teve uma recessão aguda neste ano de 2015, seguido da Argentina com uma situação econômica frágil e insistindo em barreiras aos produtos brasileiros.

Tabela 7 Evolução das exportações brasileiras de produtos manufaturados para a Argentina, US$ bilhões

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 2005-2014	2015 (jan-out)
Exportações brasileiras de produtos manufaturados para a Argentina (1)	9,14	10,78	13,41	16,16	12,12	16,84	20,41	16,39	18,02	12,75	**39,5%**	10,13
Exportações brasileiras totais de produtos manufaturados (2)	65,36	75,02	83,94	92,68	67,35	79,56	92,29	90,71	92,95	80,21	**22,7%**	59,73
Participação em % (1)/(2)	**14,0%**	**14,4%**	**16,0%**	**17,4%**	**18,0%**	**21,2%**	**22,1%**	**18,1%**	**19,4%**	**15,9%**	**n.c.**	**17,0%**

Fonte: MRE

A tabela acima dispõe de um crescimento constante e equilibrado, teve seu pico maior de exportação para a Argentina, segundo país mais extenso do bloco, em 2011, com 20,41 bilhões de dólares, após 2012 teve perdas decrescentes e em 2015 fechou com 10,13 bilhões de dólares, menos que o ano de 2006.

A tabela 8 dispõe sobre a evolução das exportações para o Paraguai em US$ bilhões.

Tabela 8 evoluções das exportações de produtos manufaturados para o Paraguai US$ bilhões

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 2005-2014	2015 (jan-out)
Exportações brasileiras de produtos manufaturados para o Paraguai (1)	0,92	1,18	1,57	2,36	1,55	2,38	2,74	2,42	2,79	2,98	**221,8%**	1,96
Exportações brasileiras totais de produtos manufaturados (2)	65,36	75,02	83,94	92,68	67,35	79,56	92,29	90,71	92,95	80,21	**22,7%**	59,73
Participação em % (1)/(2)	**1,4%**	**1,6%**	**1,9%**	**2,5%**	**2,3%**	**3,0%**	**3,0%**	**2,7%**	**3,0%**	**3,7%**	**n.c.**	**3,3%**

Fonte: MRE

Conforme percebe-se na tabela 6 as exportações de produtos manufaturados do Brasil para o Paraguai foram gradativas se se estabilizando na marca de 1,96 bilhões de dólares em 2015, contra os 0,92 bilhões de dólares de 2005. O pico maior de exportações se deu no ano de 2014 com 2,98 bilhões de exportações.

A tabela a seguir expõe sobre a evolução das exportações do Brasil com o Uruguai em bilhões de dólares.

Tabela 9 Evolução das exportações brasileiras de produtos manufaturados para o Uruguai US$ bilhões

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 2005-2014	2015 (jan-out)
Exportações brasileiras de produtos manufaturados para o Uruguai (1)	0,74	0,87	1,14	1,49	1,21	1,35	1,89	1,76	1,51	1,40	**89,4%**	0,98
Exportações brasileiras totais de produtos manufaturados (2)	65,36	75,02	83,94	92,68	67,35	79,56	92,29	90,71	92,95	80,21	**22,7%**	59,73
Participação em % (1)/(2)	**1,1%**	**1,2%**	**1,4%**	**1,6%**	**1,8%**	**1,7%**	**2,0%**	**1,9%**	**1,6%**	**1,7%**	**n.c.**	**1,6%**

Fonte: MRE

Em análise a tabela acima se teve um crescimento nas exportações para o Uruguai desde 2005 de 0,74 bilhões, chegando ao seu pico em 2011, com o resultado de 1,89 bilhões de dólares, reduzindo-se em 2015 para 0,98 bilhões de dólares.

A tabela 10 apresenta um resultado geral sobre os números em exportações dos países do MERCOSUL e associados pelo período de 2005 a 2013.

Tabela 10 Exportações

EXPORTAÇÕES

PAÍS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2002-2013
Argentina	25,7	29,9	34,6	40,1	46,5	55,8	70,0	55,7	68,2	84,1	80,9	76,6	198,1%
Brasil	60,4	73,2	96,7	118,5	137,8	160,6	197,9	153,0	197,4	256,0	242,6	242,2	300,7%
Paraguai	1,0	1,3	1,6	1,7	1,8	2,8	4,5	3,2	6,5	7,8	7,3	9,4	892,2%
Urugual	1,9	2,2	2,9	3,4	4,0	4,5	5,9	5,4	6,7	7,9	8,7	9,1	387,1%
Venezuela	24,0	25,0	39,9	55,4	61,4	63,0	83,5	56,6	67,0	91,3	85,1	76,7	219,8%
Mercosul	**112,9**	**131,6**	**175,6**	**219,1**	**251,6**	**286,8**	**361,8**	**273,8**	**345,7**	**447,1**	**424,6**	**414,0**	**266,6%**
Bolivia	1,4	1,7	2,3	2,8	4,2	4,8	6,9	5,3	7,0	9,1	11,8	10,4	660,9%
Chile	17,4	21,7	33,0	42,0	59,4	68,6	64,5	55,5	71,1	81,5	78,3	77,4	344,1%
Colombia	11,9	13,1	16,7	21,2	24,4	30,0	37,6	32,9	39,8	57,0	60,3	58,8	394,4%
Equador	5,0	6,0	7,6	9,9	12,7	13,8	18,8	13,9	17,5	22,3	23,9	25,0	395,0%
Peru	7,7	9,0	12,7	17,1	23,8	28,1	31,3	26,7	35,2	45,6	45,9	41,2	438,1%
Associados	**43,4**	**51,5**	**72,3**	**92,9**	**124,5**	**145,2**	**159,1**	**134,2**	**170,6**	**215,5**	**220,1**	**212,8**	**390,4%**
Mercosul + Associados	**156,3**	**183,1**	**248,0**	**312,1**	**376,1**	**432,1**	**521,0**	**408,0**	**516,3**	**662,6**	**644,8**	**626,9**	**300,9%**

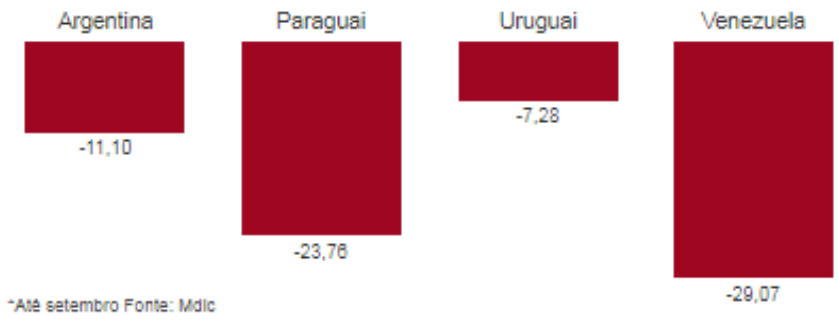
Fonte: MRE – Ministério das Relações Exteriores

Analisando-se a tabela acima o país que mais exportou no período de 2002 a 2013, foi o Paraguai com 892,2% seguido do Uruguai em segundo lugar com 387,1% e Brasil em terceiro lugar com 300,7%.

Goitia (2014, p. 7) a energia é um recurso fundamental para o crescimento econômico, o Paraguai se converteu em um país exportador de energia elétrica que em 2006 chegou ao pico de 40% de exportação à energia elétrica vendida ao Brasil e à Argentina.

O gráfico 2 analisa a queda nas vendas e seus motivos para todos os parceiros do Mercosul.

Gráfico 14 – Registro na queda das vendas para todos os parceiros do MERCOSUL. Queda nas exportações em 2015 ante 2014 em %.



Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1698207-exportacoes-do-brasil-caem-para-os-quatro-parceiros-do-mercosul.shtml

Em análise ao gráfico acima os países que mais tiveram queda nas vendas foram o Paraguai e Venezuela. Agostini (2015) explica que esse fato se deu devido as vendas de Diesel que encolheram no Paraguai no Uruguai caíram principalmente os embarques de automóveis e carne suína, e Argentina estava em época de eleição Presidencial.

Tabela 11 Crescimento das exportações por produtos Acordo Livre Comércio Mercosul

%

Argentina	Brasil	Venezuela	Colômbia	Resto da Com. Andiana	Total
Cereais, grãos e sementes oleaginosas	-041	-0.53	-1.12	3.08	-0.73
Produtos alimentícios	-1.25	88.10	100.00	39.14	-0.17
Bebidas e tabaco	-1.64	175.00	50.00	68.89	1.43
Produtos químicos/ borracha/plástico	-0.96	43.97	30.68	31.69	1.40
Metais ferrosos e Produtos de metais	-0.64	97.56	83.33	38.89	6.86
Equipamentos de transporte	0.82	186.15	222.22	159.74	1.11
Outras máquinas e equipamentos	-0.42	70.59	49.52	52.60	1.83
Agrícolas/produtos florestais	-0.03	75.12	55.39	-28.68	1.41
Outros manufaturados	-3.54	104.55	75.89	62.12	-0.10
Total	-0.40	68.38	53.03	22.94	0.81

Brasil	Argentina	Venezuela	Colômbia	Resto da Com. Andiana	Total
Cereais, grãos e sementes oleaginosas	0.00		100.00	7.69	-1.06
Produtos alimentícios	-3.52	80.43	76.67	39.33	-1.02
Bebidas e tabaco	-1.50	100.00	100.00	72.41	1.50
Produtos químicos/ borracha/plástico	-0.48	45.52	42.01	30.47	2.19
Metais ferrosos e Produtos de metais	-0.20	57.71	69.17	43.39	1.73
Equipamentos de transporte	-0.83	321.97	272.68	245.79	10.93
Outras máquinas e equipamentos	-1.14	80.07	59.15	51.58	3.88
Agrícolas/produtos florestais	2.79	57.22	46.46	53.19	-1.13
Outros manufaturados	-2.26	60.39	84.07	47.74	0.12
Total	-1.11	100.03	70.02	60.17	1.61

Colômbia	Argentina	Brasil	Venezuela	Resto da Com. Andiana	Total
Cereais, grãos e sementes oleaginosas			25.00	0.00	9.09
Produtos alimentícios	57.14	51.92	63.76	68.18	5.89
Bebidas e tabaco			155.56	137.50	55.00
Produtos químicos/ borracha/plástico	53.73	53.42	32.37	34.28	15.49
Metais ferrosos e Produtos de metais	106.67	57.58	68.90	73.00	6.84
Equipamentos de transporte	340.00	240.00	217.50	200.00	41.91
Outras máquinas e equipamentos	93.75	62.50	59.45	77.25	26.77
Agrícolas/produtos florestais	52.67	-24.76	52.83	74.43	-2.73
Outros manufaturados	54.60	35.18	82.50	136.58	13.85
Total	26.42	28.76	69.79	98.45	5.56

Venezuela	Argentina	Brasil	Colômbia	Resto da Com. Andiana	Total
Cereais, grãos e sementes oleaginosas			1.25		-1.57
Produtos alimentícios	76.00	16,18	-10.23	81.67	1.59
Bebidas e tabaco	175.00	104.76	3.74	160.00	10.48
Produtos químicos/ borracha/plástico	45.39	59.18	-0.34	33.84	2.69
Metais ferrosos e Produtos de metais	128.57	30.67	-6.82	25.42	-2.63
Equipamentos de transporte	459.26	500.00	-9.71	320.57	37.90
Outras máquinas e equipamentos	85.71	159.68	-4.50	83.51	10.62
Agrícolas/produtos florestais		75.00	-12.09	22.22	-6.93
Outros manufaturados	48.54	145.84	-2.52	29.64	2.44
Total	73.39	130.32	-5.16	62.47	2.69

Fonte: GTAP apud Baumann (2001)

A tabela acima exemplifica o crescimento das exportações por produtos. Analisar-se-á somente as exportações da Argentina e Brasil, por serem os maiores países do bloco.

Começa-se a analisar pela Argentina, onde conforme a tabela exportou para o Brasil equipamentos de transportes com 0,82% frente a dados negativos de outros produtos; para a Venezuela o produto que mais foi exportado pela Argentina foi equipamentos de transportes com 186%, seguido de bebidas e tabaco com 175%; para a Colômbia, Argentina exportou mais equipamentos de transportes com 222% seguido de produtos alimentícios com 100%.

Em análise do Brasil para a Argentina não teve dados significativos; para a Venezuela o produto que o Brasil mais exportou foi equipamentos e transportes com 321,97%; para a Colômbia, 272,68%.

Conforme Baumann (2001) as exportações brasileiras e argentinas apresentam maiores acréscimos para o mercado venezuelano em relação ao colombiano. O autor explica que a queda nos valores exportados no comércio entre o Brasil e a Argentina são explicadas pelo efeito estático de mudanças nos preços relativos, provocado pelo choque tarifário a favor dos países andinos.

A tabela 12 apresenta um comparativo geral dos produtos importados oriundos do Mercosul verso participação total do Mercosul.

Tabela 12 Produtos importados oriundos do Mercosul x participação total do Mercosul

Posição	Produto	JAN/FEV 2015 US$ FOB	Participação MERCOSUL - em %	JAN/FEV 2014 US$ FOB	Participação MERCOSUL - em %
1	**OUT.TRIGOS E MISTURAS DE TRIGO C/CENTEIO, EXC.P/ SEMEAD**	**$ 179.012.056,00**	**9,04**	**$ 128.344.214,00**	**5,03**
2	OUTROS VEICULOS AUTOMOVEIS C/MOTOR DIESEL,P/CARGA<=5T	$ 160.648.563,00	8,11	$ 268.511.670,00	10,52
3	AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO,1500<CM3<=3000,ATE 6 PASSAG	$ 117.624.741,00	5,94	$ 129.679.156,00	5,08
4	AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO,CIL<=1000CM3	$ 87.095.009,00	4,40	$ 148.758.232,00	5,83
5	**MALTE NAO TORRADO,INTEIRO OU PARTIDO**	**$ 59.356.000,00**	**3,00**	**$ 87.241.709,00**	**3,42**
6	**SOJA, MESMO TRITURADA, EXCETO PARA SEMEADURA**	**$ 47.302.990,00**	**2,39**	**$ 34.748.541,00**	**1,36**
7	OUTROS VEICULOS AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO,CARGA<=5T	$ 45.677.987,00	2,31	$ 34.165.911,00	1,34
8	OUTRAS CAIXAS DE MARCHAS	$ 42.382.867,00	2,14	$ 69.292.108,00	2,72
9	GARRAFOES,GARRAFAS,FRASCOS,ARTIGOS SEMELHS.DE PLASTICOS	$ 38.961.288,00	1,97	$ 39.071.692,00	1,53
10	CARNES DESOSSADAS DE BOVINO,FRESCAS OU REFRIGERADAS	$ 34.458.328,00	1,74	$ 25.920.100,00	1,02
11	**BATATAS PREPARADAS OU CONSERVADAS,CONGELADAS**	**$ 30.070.882,00**	**1,52**	**$ 35.220.419,00**	**1,38**
12	**OUTROS POLIMEROS DE ETILENO,EM FORMAS PRIMARIAS**	**$ 26.729.308,00**	**1,35**	**$ 23.121.370,00**	**0,91**

Fonte: Peixoto (2015) adaptado de MDIC

A tabela acima demonstra que o desenvolvimento do Mercosul é visível, bem como o seu potencial de crescimento; isto é resultado dos acordos de complementação econômica (ACE) que conforme Peixoto (2015) foi firmado entre os membros do bloco. A mesma autora também justifica que desde 1996 houve um aumento de 400% no volume total de produtos importados pelo Brasil, isto se deve não só a globalização, mas também pela política brasileira adotada pelos governos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou responder o objetivo geral: verificar quais as dificuldades o Mercosul teve em promover a aproximação econômica e política entre os países membros. Teve-se como objetivos específicos: analisar a história, dificuldades e perspectivas do bloco de integração econômica; entender quais os entraves políticos e econômicos que impossibilitaram o Mercosul de consolidar-se como livre comércio.

O desenvolvimento foi traçado por pesquisas bibliográficas, documentais, avaliou-se a base teórica e a metodologia adequada para o desenvolvimento da pesquisa, permitindo o alcance dos objetivos específicos. O trabalho foi dividido em seções, onde por meio do histórico do bloco e do Mercosul buscou-se na reflexão e resposta do primeiro objetivo específico. Pela análise do histórico se chegou em algumas conclusões: O Mercosul trouxe muitos negócios positivos para o Brasil e para os outros países, o livre comércio possibilitou facilidades econômicas, por exemplo unificação de tarifas, pela adoção da Tarifa Externa Comum; o livre comércio de serviços, pela passagem de mercadorias, exportação e importação entre os países; as pessoas também têm livre acesso aos países do bloco; por outro lado a primeira dificuldade ocorreu em 1997 onde os países membros tiveram que lidar com crises financeiras de seus países e as crises internacionais, onde isso aumentou as dificuldades econômicas entre os países, porém o que mais complicou foi a elaboração de políticas macroeconômicas regionais, um exemplo identificado nesta seção foi a paridade do peso argentino com o dólar, onde em 2001 começou a desvalorização do peso. Essa crise foi impactante na redução do comércio entre os países. Respondendo ao segundo objetivo especifico, o Mercosul errou ao colocar a Venezuela no bloco, teve se motivos para colocar, que foi a fronteira extensa entre o Brasil, porém a Venezuela não cumpriu compromissos assumidos e foi solicitado o cessamento do país. Conclui se que não ocorreu uma integração total entre os países membros pelas diferenças culturais, econômicas e sociais, e justifica-se que o Brasil teria pouco a ganhar também, pois é o país que mais exporta do bloco, seguido pela Argentina, os outros países apresentam assimetrias regionais que enfraqueceram a integração dos países. Teve-se dificuldades no levantamento de bibliografia atual e dados atuais.

Sugere-se para trabalhos futuros realizar um estudo sobre o PIB de cada um dos países da América Latina, como o objetivo de verificar o crescimento ou decrescimento dos países do bloco, comparando-se com a crise econômica e política do Brasil.

4 REFERÊNCIAS

ABIMAQ. Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Barreiras-Tarif%C3%A1rias-e-n%C3%A3o-tarif%C3%A1rias>, acesso em: 05/12/2017.

ABREU, J. R. **O processo de integração latino-americana: os desafios do MERCOSUL frente à ALCA**. Porto Alegre: 2004.

AGOSTINI, R. **Exportações do Brasil caem para os quatro parceiros do Mercosul.** Artigo publicado em outubro de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1698207-exportacoes-do-brasil-caem-para-os-quatro-parceiros-do-mercosul.html>, acesso em: 15/10/2017.

ANDRADE, R. L, P. **Consequências positivas das barreiras não tarifárias no comércio internacional de produtos do agronegócio: o caso da cadeia da carne bovina**. Tese de doutorado publicado em 2007. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/tese_rafael_de_andrade.pdf>, acesso em: 05/12/2017.

BAUMANN, R. **Mercosul, avanços e desafios da integração**. Artigo publicado em 2001. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1549-mercosul-avancos-desafios-integracao>, acesso em: 25/11/2017.

BRASIL 1996. Lei 5172 de 25 de outubro. **Sistema Tributário Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>, acesso em: 29/11/2017.

BRASIL, 2009. Decreto 4.543 de 26 de dezembro de 2002. Revogado do decreto 6.759 de 2009. **Jurisdição Aduaneira e do controle**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4543impressao.htm>, acesso em: 30/11/2017.

CAMARGO, S. **Mercosul: Crise de crescimento ou Crise terminal?** Artigo publicado em 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/673/67306803/>, acesso em: 25/11/2017.

CORREIA, R. A. **As causas da atual crise do Mercosul.** São Paulo Perspec.2005. Disponível em:<http://www.mundori.com/home/view.asp?paNumero=347&paCategoria=8>, acesso em: 08/08/2017.

DATHEIN, R. **MERCOSUL: antecedentes, origem e desempenho recente**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD10_2004_dathein.pdf>, acesso em: 01/07/2017.

FORJAZ, M, C, S**. Percalços da Estratégia Sul/Sul: A Política Externa do primeiro governo de Lula**. Artigo publicado em 2006. Disponível em: <https://fichasmarra.wordpress.com/2010/12/19/percalcos-da-estrategia-sulsul-a-politica-externa-do-primeiro-governo-lula/>, acesso em: 07/2017.

FERNANDES, José. **Técnicas de estudo e pesquisa**. Goiânia: Kelps, 1999.

GOMES, L. V. **As atividades do Mercosul: De sua criação até o ano de 1997**. Artigo publicado em 2001. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/24/LUCIANA%20VASCONCELOS%20GOMES.pdf>, acesso em: 01/08/2017.

GOITIA, P. S. D. **O impacto da exportação de energia elétrica das usinas hidrelétricas binacionais no crescimento econômico do Paraguai no período de 1995 a 2013**. Dissertação publicada em dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/posgraducao/pped/dissertacoes_e_teses/Paola_Dorado.pdf>, acesso em: 16/10/2017.

GUIMARÃES, A, C; SIQUEIRA, R. B. **Tarifa Externa Comum (TEC): estrutura, definição e histórico de mudanças.** Artigo publicado em 2011. Disponível em: <https://www.rdi.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/download/1374/1347>, acesso em: 15/10/2017.

GUIMARÃES, M. **Mercosul aprova código Aduaneiro e elimina bitributação**. Artigo publicado em agosto de 2010 jornal Estadão. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mercosul-aprova-codigo-aduaneiro-e-elimina-bitributacao,30076e>, acesso em: 15/10/2017.

KIRSCHNER, C. **Mercosul: interdependência e crise**. São Paulo Perspec. 2004 Disponível em: <http://www.mundori.com/home/view.asp?paNumero=116&paCategoria=8>, acesso em agosto de 2017

KIRSCHNER, C. **Reflexões sobre a efetividade das regras de jogo no MERCOSUL**. São Paulo perspec. 2004.Disponível em: <http://www.mundori.com/home/view.asp?paNumero=114&paCategoria=8>,acesso em julho de 2017>.

KUME, H. PIANI, G. **Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio.** Artigo publicado em out-dez de 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v25n4/28289.pdf>, acesso em: 15/10/2017.

JUNIOR, E. P. **A globalização e o direito do consumidor: aspectos relevantes sobre a harmonização legislativa dentro dos mercados regionais**. Barueri, SP: Manole, 2003.

LEAL, E. P. B. **O Mercosul**. Artigo publicado em abril de 2012. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/o-mercosul/62825/>, acesso em: junho de 2017.

MACHADO, H. B. **Curso de direito tributário**. Publicado em 2009. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/39711380/Curso_de_Direito_Tribut%D0%B0rio_Hugo_de_Brito_Machado.pdf>, acesso em: 28/11/2017.

MARIANO, M, P. A **Política externa Brasileira, o Itamaraty e o Mercosul**. Artigo publicado em 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106294/mariano_mp_dr_arafcl_prot.pdf?sequence=1>, acesso em: 27/11/2017.

MELO, A, C, C. **A Eliminação da dupla tributação da Tarifa Externa Comum no Mercado Comum do Sul – Mercosul**. Artigo publicado em 2011. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/1087/106138_Ana.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em: 28/11/2017.

MERCOSUL – **Blocos Econômicos**. Disponível em: <http://blocos-economicos.info/mercosul.html>, acesso em: 15/10/2017.

MERCOSUL – **Estrutura Institucional**. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/5780/3/innova.front/org%C3%A3os-derivados-dos-textos-fundacionais>, acesso em 25/11/2017.

MERCOSUL. Site da Câmara do Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/mercosul/blocos/MERCOSUL.htm>, acesso em: 25/11/2017.

MERELES, C. **MERCOSUL: Conheça o funcionamento do bloco econômico**. Artigo publicado em agosto de 2017. Disponível em: <http://www.politize.com.br/mercosul-conheca-o-funcionamento-do-bloco-economico/>, acesso em: 15/10/2017.

Ministério das Relações Exteriores. **Exportações brasileiras de produtos manufaturados para o MERCOSUL**. Publicado em novembro de 2015. Disponível em: <http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/ExportacoesDeManufaturadosParaMERCOSUL.pdf>, acesso em: 15/10/2017.

PEIXOTO, M, de A, F. **Avaliação do impacto do Mercosul para as importações Brasileiras no período de 2008 a 2014**. Artigo publicado em: 2015. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/3346?show=full>, acesso em: 28/11/2017.

RUIZ, J. B. **O Mercosul na política de integração de Venezuela**. Artigo publicado em jan-abr de 2010, disponível em: <http://www.redalyc.org/html/742/74221646006>, acesso em: 15/10/2017.

SANTOS, L. G. A. **Brasil e Argentina sob o Mercosul: Uma análise do comércio Bilateral**. Artigo publicado em 2013. Disponível em: <http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/464/4/LGASantos.pdf>, acesso em: 10/06/2017.

SARAIVA, M.G; RUIZ, J. B. **Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul**. Artigo publicado na Rev. Bras. Polít. Vol 52, Brasilia Jan – Jun 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292009000100008&script=sci_arttext>, acesso em: 15/10/2017.

SLOBODA, P. M. P. **A legalidade da entrada da Venezuela no Mercosul**. Artigo publicado em 2015, volume 15, Issue 1, páginas 701-716. Disponível em:

<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1870465415000197>, acesso em: 15/10/2017.

SASAKI, F. **Mercosul: o maior bloco latino-americano enfrenta sua pior crise**. Artigo publicado em setembro de 2016. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/mercosul-o-maior-bloco-latino-americano-enfrenta-sua-pior-crise/>, acesso em: 15/10/2017.

SILVEIRA, B, B. **A dependência Brasileira na importação de trigo entre 1990 e 2010**. Artigo publicado em 2010. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/1636/104383_Barbara.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em: 07/12/2017.

Site oficial do MERCOSUL no Brasil. Disponível em: <www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>, acesso em: 15/10/2017.

STUDART, R; HERMANN, J. **Estrutura e operação dos sistemas financeiros no Mercosul**: Perspectivas a partir das reformas institucionais dos anos 1990. Artigo publicado em: junho de 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2320/1/DT_799.pdf>, acesso em: 29/11/2017.

TRICHES, D. SILVA, A, B, M; MORAES, R, C, de; SILVA, S, S, da. **A análise da convergência e das inter-relações dos indicadores macroeconômicos dos países integrantes do Mercosul**. Pesquisa & Debate, São Paulo, volume 19, número 2 (34), dezembro, 2008.